

Para ordem administrativa.

Voto de pesar por falecimento de Elviro do Carmo Rebouças.

O economista, empresário e político Elviro Rebouças faleceu na segunda-feira, dia 11, na UTI do Hospital Monte Klinikum, em Fortaleza-CE. Ele completaria 80 anos no dia de ontem 19.

Elviro lutava pela vida há quatro meses quando foi diagnosticado com síndrome respiratória e infecção decorrentes da H1N1. No dia 25 abril ele deu entrada no Hospital Wilson Rosado, em Mossoró, quando foi entubado e levado para a UTI. Todos os procedimentos foram realizados, mas a situação se agravou.

Elviro do Carmo Rebouças Neto nasceu em Apodi, município do Médio Oeste potiguar, no dia 19 de agosto de 1945, filho de Genésio Xavier Rebouças e Dolores do Carmo. Viúvo da professora e ex-vereadora Niná Ribeiro de Macêdo Rebouças (falecida em 15 de setembro de 2010), deixa órfã a filha Grécia.

Elviro Rebouças, uma das principais autoridades de Mossoró e do Rio Grande do Norte em economia e política, foi vereador por seis anos (1967 a 1972), presidiu a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e o Rotary Club Mossoró, além de fazer parte da diretoria da Associação Comercial e Industrial (ACIM).

Ele foi diretor de Assuntos Econômicos da Febraban, em São Paulo, e há mais de três décadas atuava no segmento de factoring. Ainda atuava na área de salinas e refinaria de sal, em Grossos, com o sal Sete Mares. Entre 2017 a 2020, ele presidiu o Instituto de Previdência de Mossoró (PREVI).

Voto de pesar pelo falecimento do presidente do Conselho Estadual de Saúde. Francisco Canindé dos Santos, ocorrido domingo em Natal. Canindé era presidente do Conselho Estadual de Saúde e participava do Gaepe como representante da Pastoral da Criança, ligada à Arquidiocese de Natal. Exemplo de dedicação Canindé teve um AVC quando participava de uma reunião da Comissão de Fiscalização e Finanças na Assembleia Legislativa em que era apresentado um relatório de gestão da secretaria de Saúde do Estado, tendo sido levado ao hospital Walfredo Gurgel, onde foi atendido, mas acabou falecendo.

“Canindé era uma espécie de símbolo do controle social sobre as políticas públicas, mesmo com problemas de saúde era um participante ativo de todos os movimentos e em todos os momentos na defesa dos interesses dos mais vulneráveis”, frisou.

Reunião Ordinária do GAEPE - O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação do Rio Grande do Norte (Gaepe-RN), coordenado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN) e pelo Instituto Articule, realizou nesta segunda-feira (18) a 5ª reunião ordinária, dessa vez para discutir, entre outros assuntos, estratégias emergenciais voltadas à melhoria dos índices do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. O programa, coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), tem como meta garantir que todas as crianças brasileiras estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do ensino fundamental.

Os dados divulgados recentemente pelo MEC apontam que, em 2024, 59,2% das crianças das redes públicas do país alcançaram a alfabetização na idade certa, o que representa um avanço em relação ao índice de 56% registrado em 2023. No entanto, o Rio Grande do Norte apresentou desempenho muito inferior à média nacional: apenas 39,3% das crianças potiguares foram alfabetizadas no período, quando a meta era de 43%. O estado ocupa a terceira pior posição do país, mesmo tendo registrado um crescimento de 2,3 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Durante o encontro, foram apresentados pelo auditor Aleson Amaral dados de um levantamento feito pelo Tribunal de Contas do Estado identificando os principais riscos que comprometem a execução do programa no RN, entre eles a ausência de governança formal em nível municipal, atrasos financeiros na execução, falta de equipes técnicas suficientes, ausência de monitoramento sistemático da aprendizagem e risco de descontinuidade das ações em virtude de mudanças de gestão. Também foram apontadas fragilidades na prestação de contas, baixa adesão prática dos municípios e inadequações na aquisição de materiais pedagógicos. Esses fatores impactam diretamente na efetividade das políticas, gerando atrasos nos repasses, risco de responsabilização dos gestores e comprometimento das metas pedagógicas.

Apesar do cenário desafiador, alguns municípios potiguares têm adotado boas práticas, como mostra o levantamento apresentado, citando a criação de comitês de governança com participação multissetorial, a elaboração de cronogramas de execução detalhados, a integração entre áreas pedagógicas e contábeis e a inclusão de ações específicas nos instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA).

A reunião também destacou experiências exitosas de outros estados, como o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa, criado por lei estadual em 2021. Em regime de colaboração com todos os 224 municípios, o programa promove formações continuadas, entrega materiais pedagógicos alinhados ao currículo, realiza monitoramento permanente e premia escolas pelo desempenho. Como resultado, o Piauí subiu de 52%, em 2023, para 59,8%, em 2024, o percentual de crianças alfabetizadas dentro da meta do Programa, zerando o número de municípios com desempenho abaixo do básico.

Ao final da reunião, foram definidos encaminhamentos prioritários para os próximos meses. Entre eles, a realização de uma reunião emergencial para estruturar ações de alfabetização a serem acompanhadas por boletins quinzenais; a disponibilização por parte da secretaria de Estado da Educação de um projeto de lei que está em elaboração instituindo o Regime de Colaboração, a fim de que as instituições que fazem parte do Gaepe possam dar sugestões de aprimoramento; e o envio de ofício à Federação dos Municípios do RN (Femurn) para sensibilizar prefeitos e secretários quanto à adesão efetiva ao Pacto pela Alfabetização na Idade Certa. Também foi discutida a importância de estruturar um plano permanente de alfabetização no RN, aliado a medidas emergenciais que possam mobilizar os municípios até novembro, prazo que envolve etapas importantes como a inscrição no Selo de Alfabetização e a realização da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

A iniciativa busca ampliar a mobilização e garantir que gestores municipais, prefeitos e secretários de educação compreendam a importância do regime de colaboração e da corresponsabilidade na alfabetização. O objetivo é reverter o quadro crítico do estado e assegurar que mais crianças tenham garantido o direito de aprender a ler e escrever na idade certa.

Sobre o Gaepe-RN

Instalado em 17 de março de 2025, o Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Rio Grande do Norte (Gaepe-RN) é uma governança horizontal de diálogo e colaboração entre os governos locais, as instituições do setor público envolvidas na política educacional e a sociedade civil. A iniciativa é coordenada pelo Instituto Articule e pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN), parceiro na sua implementação. Idealizados pelo Instituto Articule, os Gaepe são resultado de um acordo de cooperação com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do Comitê Técnico de Educação.

Participação no III congresso de comunicação dos tribunais de contas.